

## ESPIRITO DE CISÃO, LUTAS SOCIAIS E INSURGÊNCIAS POPULARES EM UM BRASIL LATINO-AMERICANO

*Fighting spirit, social struggles and popular insurgencies in a latin american Brazil*  
*Espíritu de escisión, luchas sociales e insurgencias populares en un brasil*  
*latinoamericano*

Katia I. Marro<sup>1</sup>

**RESUMO:** Neste trabalho propomos compreender algumas lutas sociais das classes subalternas do Brasil e da América Latina contemporânea, decifrando sua capacidade para enfrentar o padrão primário exportador que dá o tom à acumulação ampliada do capital no continente. Mergulhando em algumas insurgências populares, buscamos compartilhar uma leitura em processo da forma como se movimentam as classes subalternas, valorizando os impulsos de rebelião que emergem nesse chão histórico, na perspectiva da sua expressão antagônica.

**PALAVRAS-CHAVE:** Classes subalternas. Lutas sociais. Padrão primário exportador. América Latina.

**Resumen:** En este trabajo nos proponemos comprender algunas luchas sociales de las clases subalternas de Brasil e de América Latina, descifrando su capacidad para enfrentar el padrón primario exportador que marca el ritmo de la acumulación ampliada del capital en el continente. Sumergiéndonos en algunas insurgencias populares, buscamos construir una lectura en proceso acerca de la forma como se movilizan las clases subalternas, valorizando sus impulsos de rebelión que emergem en este suelo histórico, teniendo como referencia sus posibilidades de expresión antagónica.

**Palabras-claves:** Clases subalternas. Luchas sociales. Padrón primario exportador. América Latina.

**Abstract:** In this paper we propose understanding some of contemporary Brazilian and Latinamerican subaltern classes' social struggles, deciphering their ability to face the primary export pattern that sets the tone for enhanced accumulation of capital in the continent. Taking a deeper look into some of the popular insurgencies, we seek to share an ongoing reading of the way subaltern classes move, highlighting the value of the rebellious surges emerging in this historical framework, from the perspective of its antagonic expression.

**Key-words:** Subaltern classes. Social struggles. Primary exporting pattern. Latin America.

## INTRODUÇÃO

Para o olhar atento ao *espírito de cisão*, é possível deduzir dos *Cadernos do Cárcere* um conjunto de *critérios metodológicos*<sup>2</sup> que se constituem como uma

referência importante para decifrar os “ritmos” de atuação das classes e grupos subalternos, captando seus impulsos de autonomia, suas contradições, mas também suas possibilidades de unificação. A partir destas chaves analíticas propomos compreender algumas lutas sociais das classes subalternas do Brasil e da América Latina contemporânea, decifrando sua capacidade para enfrentar o padrão primário exportador que dá o tom à acumulação ampliada do capital no continente. Mergulhando em algumas insurgências populares, trabalharemos na perspectiva de ampliarmos a leitura sobre o circuito do antagonismo social, para entendermos as formas de resistência que brotam da exploração do trabalho nas suas diversas formas, mas também os sujeitos e resistências que contestam os mecanismos de espoliação e pilhagem que estão ao serviço da acumulação ampliada do capital. Cientes de que se trata de um tema extremamente abrangente, buscamos compartilhar uma leitura em processo da forma como se movimentam as classes subalternas, valorizando os impulsos de rebelião que emergem nesse chão histórico, na perspectiva da sua expressão antagônica<sup>3</sup>.

## AS AMARRAS NEOEXTRATIVISTAS DA DEPENDÊNCIA: CONTRADIÇÕES E CONFLITOS

Um momento destacado da atual dinâmica da acumulação capitalista se baseia na extração e exploração de bens naturais em grande escala, orientando-se para a exportação e, portanto, ditada pelo mercado internacional. Na últimas décadas, as economias dos países latino-americanos vêm enfrentando uma nova onda de desindustrialização e reprimarização da estrutura econômica, na medida em que se privilegiam atividades extrativistas que incluem a exploração de recursos não renováveis – minerais e hidrocarbonetos – bem como recursos renováveis, através da produção agrícola, pecuária e florestal em larga escala ou da geração hidrelétrica. São atividades que geralmente possuem processamento mínimo e baixo valor agregado – *commodities* –, produzidas para atender a demanda internacional por alimentos, matérias-primas e energia (GUEREÑA, 2016; KATZ, 2016).

O *novo extrativismo* coloca na mesma órbita de exploração um conjunto diverso de atividades que se produzem na lógica da espoliação e devastação ambiental (soja transgênica, mineração a céu aberto, hidrelétricas, plantações industriais de árvores), expandindo sem precedentes – pelas possibilidades oferecidas pela chamada terceira revolução científico-tecnológica –, o controle e a mercantilização da natureza e da vida. A apropriação privada por grandes corporações empresariais de bens naturais que servem à reprodução social da vida ou constituem parte do habitat territorial, detona uma crise multidimensional (econômica, energética, climática e alimentaria) que coloca ameaças reais à sobrevivência humana: América Latina está conhecendo um capítulo da sua dependência que a acorrenta novamente a uma dinâmica de saque, contaminação, recolonização, guerras, violências e soluções autoritárias – mais úteis para “passar o rodo” de uma expansão brutal das relações capitalistas. O paradoxo é que este mesmo chão histórico será compartilhado por governos de orientações políticas diversas e até

antagônicas entre si: enquanto em alguns países avançaram governos críticos do receituário neoliberal no ciclo de 2000-2015, em outros, cresceram forças conservadoras de extrema direita. Apesar de diferenças substantivas que não podem ser negligenciadas, em ambos cenários, observa-se um aprofundamento da matriz extrativo-exportadora com presença (e maior ou menor controle) do capital transnacional.

O maior paradoxo se observa nos governos que ascendem com programas críticos ao receituário neoliberal. Apesar das suas enormes diferenças, todos eles funcionaram numa mesma “equação perigosa”: seus governos transitaram sob um aprofundamento desse padrão, com primazia da agromineradora, o extrativismo, a indústria montadora e os serviços transnacionais, usando a “abundância” temporária do mercado de *commodities* para expandir políticas de distribuição monetária e melhoria relativa das condições de vida da classe trabalhadora, que, em muitos casos, não representaram uma redistribuição social real (BEHRING, 2016), nem foram acompanhados de processos de politização ou de construção de consciência em torno dos direitos conquistados.

No Brasil, os governos do PT concentrariam esforços para reduzir a pobreza extrema e absoluta e reverter algumas das consequências sociais mais cruas das políticas neoliberais da era FHC, mas sem interferir na orientação hegemônica da política econômica. A melhoria de alguns indicadores sociais; o aumento do investimento nas áreas sociais; o aumento do salário mínimo e do consumo; a expansão da oferta de emprego formal; se tornam ganhos *relativos* ao observar a permanência de uma estrutura tributária regressiva; o aumento da concentração da riqueza e da propriedade da terra; o aumento exponencial do preço da terra urbana; o crescimento dos acidentes de trabalho e da superexploração da força de trabalho; os lucros recorde dos bancos, isto é, a manutenção do núcleo duro da orientação neoliberal da política econômica (meta inflacionária, superávit primário, ajustes adequados à conjuntura, liberalização comercial e primazia das finanças, privatizações de nova geração)<sup>4</sup>. Na avaliação de Braga (2017), trata-se de um ciclo de relativo progresso material, mas que apresenta ao mesmo tempo, limites muito precisos, relacionados com uma fórmula híbrida que combina *formalização* com *precarização*: parte do que é conquistado com os rendimentos do trabalho pela valorização do salário mínimo se perde, por exemplo, com a elevada rotatividade do emprego ou com o alto custo de vida na cidade. Este conjunto de contradições iriam fermentando uma insatisfação permanente das bases trabalhistas e subalternas.

Apesar de diferenças importantes que excedem as possibilidades deste artigo, trata-se de governos que se autoproclamam críticos do neoliberalismo, mas que não foram capazes de produzir uma mudança na matriz produtiva. As crises econômicas e políticas que se abririam nos anos posteriores, mostram que não se trata apenas de disputar uma parte da renda agrária ou petrolífera nas mãos do fundo público, mas de alterar e quebrar esse padrão agroexportador que implica limites estruturais para o desenvolvimento pela sua própria equação: endividamento e dependência externa; destruição ambiental; superexploração da força de trabalho; desigualdade social extrema a logo prazo, apenas para citar alguns obstáculos (KATZ, 2016).

As frações econômicas dominantes, fortalecidas nos pactos de conciliação de classe, se verão ameaçadas pela intensa polarização social que se produz num contexto de crise, e começarão a demandar a “devolução” ou o exercício exclusivo do poder governamental (SEOANE, 2016). É assim que, sobretudo a partir de 2012, associado à desaceleração econômica que resulta da queda do preço internacional das *commodities*, aumentam as tensões e a instabilidade política que levarão à crise ou à derrota dos governos que tinham proposto deslocamentos em relação à ortodoxia neoliberal ou que já não resultavam funcionais para garantir a “paz social”. As contradições temporariamente administradas no período de bonança econômica, se aprofundam quando boa parte desses governos se verão na pressão de implementar novas e maiores medidas de austeridade neoliberal que terminarão por minar as bases (tensas) de apoio popular (WEBBER, 2019).

### AS CONTRA A EXPROPRIAÇÃO EXTRATIVISTA

No quadro que viemos desenhando, a América Latina se destaca como uma das regiões mais conflituosas do planeta. Entre os anos '90 e 2000, intensas revoltas de massas irromperam em países como Argentina, Equador, México, Bolívia, Paraguai, Chile, Venezuela, observando-se uma metamorfose de sujeitos que transbordam amplamente as tensões clássicas do mundo do trabalho: indígenas, camponeses, desempregados, vão crescer em proporção direta à desestruturação provocada pelas políticas neoliberais e seus mecanismos de desorganização da classe. Elas expressam uma profunda redefinição da identidade de luta das classes subalternas, evidenciando transformações nas formas políticas de expressão dos antagonismos de classes. Ainda que posicionados nas margens do núcleo duro da contradição capital / trabalho, revelam a presença de diversos sujeitos que emergiram desde a subalternidade histórica (indígenas, desempregados, camponeses, mulheres) e protagonizaram um ciclo antagonista, criando impulsos de rebelião e autonomia contra as políticas neoliberais (Cf. MODONESI, 2010). O Brasil fará de forma mais tardia sua entrada neste cenário de grandes convulsões.

À primeira vista, esta realidade parece contrastar com a forte redução das taxas de sindicalização, das greves e da gravitação de movimento operário que deriva da intensa ofensiva sobre o trabalho. No caso do Brasil, este recuo das lutas clássicas dos trabalhadores se expressa, por exemplo, na diminuição do número de greves registradas pelo DIEESE, que passam de cerca de 2000 em 1989, para um declínio considerável nas duas décadas seguintes, com seu ponto mais baixo (em torno de 200 greves anuais), no primeiro mandato do governo Lula<sup>5</sup>. É evidente que existem diferenças consideráveis nas posturas de criminalização e repressão política dos movimentos nos governos de Collor e FHC – primeira fase do neoliberalismo no Brasil, mais adepta às rígidas orientações do Consenso de Washington –, e as políticas de concessões (relativas) e de aproximação das suas lideranças dos governos do PT – características de um segundo momento do neoliberalismo no país.

Entretanto, é inegável que entre as décadas de '90 e 2000, se observa um esfriamento dos conflitos sociais (um refluxo das lutas de massas), primeiro marcado

pelo recuo do movimento sindical e o desmanche dos movimentos de base, atacados de morte pela ofensiva neoliberal; depois, pela derrota da contrahegemonia antagônica que emergira nos anos 80 (em torno da direção do PT, mas com a presença de um encorpado movimento popular e sindical). O esvaziamento desse instrumento dirigente das classes subalternas, nos termos de Coelho (2017), teria um efeito apassivador que encerraria a luta de classes na *pequena política*<sup>6</sup>.

Ao olhar para a década de 2000, os autores analisados coincidem na acomodação política que a caracteriza, aparecendo sinais de reversão só no seu final – associado ao estreitamento das margens de manobra dos consensos. Ainda que a luta reivindicativa não tenha refluído (lembremos dos Fóruns Sociais Mundiais; a explosão dos movimentos por moradia nas grandes cidades com destaque para o MTST; a agitação do movimento estudantil), a luta mais ofensiva contra o modelo neoliberal perde terreno.

A partir de 2011, despertam as rebeliões populares no outro lado do mundo. Levantes em escala global, em países como Portugal, Espanha, Grécia, ou as revoltas no mundo árabe, contestam as consequências de um novo episódio de crise capitalista que havia explodido em 2008: a indignação também ganha a forma de protestos e rebeliões contra a fome e a falta de alimentos, contra os ajustes fiscais, as privatizações, demissões e demais desastres sociais provocados pelas políticas neoliberais. Na leitura de Braga (2017), protestos ligados ao mundo do trabalho aceleram seu ritmo, ainda que reorientando sua energia para a interpelação de governos e Estados frente ao enfraquecimento da capacidade de negociação dos sindicatos. Estes trabalhadores se mobilizam contra o poder das finanças, o corte de direitos como a previdência social, a eliminação de subsídios sobre alimentos e combustíveis, contrarreformas das políticas de saúde, etc. Apesar de perder o foco na produção, seu protagonismo político teria a capacidade de se conectar à esfera cotidiana das classes subalternas, transitando para as comunidades onde habitam os trabalhadores precários.

No âmbito regional, a nova ofensiva extrativista que busca compensar os efeitos da crise que se torna agora mais visível para América Latina, mostra os primeiros sinais de esgotamento das concessões e esfria as apostas conciliatórias dos governos. É a hora de um novo ciclo de austeridade generalizada. Instabilidade, mobilização de segmentos reacionários e aumento dos protestos serão o tom que caracteriza os próximos lustros, num cenário de crise econômica mundial.

Não por casualidade, se aprofundam os curtos-circuitos dos movimentos indígenas com os governos de Bolívia e Equador – neste último, levando a rupturas inevitáveis, pela tentativa de construir e primeira planta de mineração a céu aberto do país numa província amazônica, com capital chinês. Além do Equador, os embates com a mega-mineração vão se intensificar no Peru, na Argentina, na Guatemala, no México, na Colômbia, em Honduras e até no Uruguai.

No Brasil, os anos de 2011 e 2012 estão marcados por protestos pela redução da tarifa do transporte público em várias cidades (mesma reivindicação que seria o estopim de Junho de 2013, mas também das rebeliões chilenas de 2019); greves do funcionalismo

público e de categorias importantes (como bancários e correios); mobilizações contra o Novo Código Florestal; e importantes protestos nas obras do PAC.

No caso da hidrelétrica de Belo Monte, os protestos envolvem ações diretas lideradas por indígenas, pescadores e agricultores, mas também conflitos com os trabalhadores da construção civil – precários, 7 mil trabalhadores terceirizados, cruzaram os braços por 12 dias. Inclusive, os trabalhadores das usinas hidrelétricas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, realizam oito greves entre 2011 e 2013. Quase como uma ironia da história, estes trabalhadores precários que sofrem nas mãos de um capital que se monopoliza (também se utilizando da poupança compulsória de trabalhadores mais bem posicionados, que via fundos de investimentos, aplicam suas ações em obras do mapa extrativista), se rebelam por fora dos canais sindicais clássicos.

Como em outras partes da América Latina, as mulheres terão um protagonismo fundamental na defesa dos modos de vida, dos meios de subsistência, da terra e dos bens comuns, exercitando uma *pedagogia popular* que mapeia as inúmeras formas de violência que as atingem (GAGO, 2020) e devolve visibilidade às conexões perversas com as necessidades de uma dinâmica predatória de acumulação capitalista que suga corpos femininos, territórios e força de trabalho<sup>7</sup>.

O mesmo ritmo da espoliação imposta pelo padrão primário exportador se faria sentir também na resistência dos operários das obras dos estádios para a Copa do Mundo; do Porto do Suape e dos canteiros petroquímicos do Estado do Rio de Janeiro (no Comperj), onde 15 mil trabalhadores terceirizados permaneceram 31 dias parados. Por sua vez, em 2013, ganham notoriedade protestos indígenas que dizem respeito à demarcação de terras, conflitos que se acirram no contexto de construção dessas grandes obras<sup>8</sup>. É a movimentação do *precariado* pós-fordista, na denominação de Braga (2017), de forma simultânea a outros segmentos das classes subalternas, ambos igualmente expropriados pela atual dinâmica da acumulação capitalista.

É assim que, em proporção direta ao avanço da agro mineração e da indústria extrativista, assistimos a um novo ciclo – heterogêneo, fragmentado e às vezes convergente – de conflitos sociais de proporções regionais que encontram, sobretudo, mulheres, indígenas, camponeses e trabalhadores urbanos precarizados, travando lutas defensivas e de resistência. Em todos esses casos, os movimentos denunciam o saque; a contaminação (de águas superficiais e freáticas, do ar e das terras); a destruição da agricultura e do habitat (flora e fauna, esgotamento de recursos hídricos e energéticos); o deslocamento e a pobreza das comunidades que perdem suas atividades socioeconômicas tradicionais; a desproteção do trabalho precário. Desnadam as falsas promessas de “emprego” e “desenvolvimento” que acompanham esses grandes empreendimentos de economias de enclave que estão amarradas estruturalmente nas correntes da dependência (e da sua inserção subordinada no mercado global)<sup>9</sup>.

Brasil entra no mapa da convulsão social de forma relativamente tardia em relação à América Latina. É provável que os caminhos da conciliação de classes, propostos pelos governos do PT, tenham feito sua parte para canalizar os conflitos sociais nas margens

institucionais, pelo menos até finais da década de 2000. Quando irrompem as mobilizações de massa de junho de 2013, de forma episódica e fragmentada, os subalternos vão denunciar os efeitos deletérios das políticas neoliberais sobre as condições de reprodução das massas trabalhadoras, que não podem mais ser contidos com mecanismos *transformistas*: a intensa mercantilização das cidades; a precarização de políticas sociais mais estruturantes (como educação e saúde); a superexploração da força de trabalho via trabalho precário; a violência das classes dominantes que apela sistematicamente ao extermínio policial (nas periferias e com um corte claramente racializado).

Desde 2010, o número de greves começaria a crescer, observando-se em 2013 um aumento de 134% em relação às greves de 2012, com a ultrapassagem das 2000 greves anuais, parâmetro que se mantem de forma aproximativa no período de 2013 a 2016. Segundo Mattos (2020a, 2020b), o impacto de Junho sobre os movimentos sindicais pode ser sentido não apenas pelo salto brusco na curva de greves (de 879 em 2012, para 2.057 em 2013), mas também no formato das mobilizações, muitas à revelia ou contra as direções sindicais – como nos belíssimos exemplos dos Garis no carnaval carioca de 2014 e dos metroviários em São Paulo. Interessante notar que, especificamente no caso dos Garis, se trata de frações precarizadas das classes trabalhadoras, vinculados à área dos serviços, distantes de tradições sindicais e profundamente reconfigurados pela financeirização. Não é casual, na medida em que muitos sindicatos clássicos se tornaram mecanismos de disciplinamento dos trabalhadores, ou até distantes destes novos segmentos de classe precários, não sindicalizados, instáveis, apontando profundas transformações no seu perfil. Os mecanismos de construção do *consentimento passivo* começariam a ruir.

No mapa dos conflitos, emergem também intervenções de movimentos urbanos, como o Movimento Passe Livre, sobretudo em junho de 2013, mas também com o protagonismo do MTST, que organizaria parcelas importantes dos trabalhadores urbanos precarizados, em torno da luta pela moradia. Assim, as 200 ocupações urbanas que acontecem em São Paulo entre 2011-2012, crescem para 680 em 2013-2014<sup>10</sup>. Por outro lado, não poderíamos deixar de mencionar os Comitês Populares da Copa; as resistências à desapropriação de terras do povo Guarani no Mato Grosso do Sul; a mobilização dos atingidos por barragens na denúncia de tragédias ambientais no Pará, Paraná, Minas Gerais; assim como o protagonismo dos movimentos feministas<sup>11</sup>; e a pedagógica experiência de mobilização da juventude nas escolas públicas desde 2015.

Observando dados sobre protestos, sistematizados por Tatagiba & Galvão (2019), 2015-2016 representa um novo pico de mobilização (considerando a difusão territorial e número de participantes), que se relaciona tanto com o contexto de polarização social em torno do governo, quanto com os impactos da crise capitalista nas condições de vida. Lembremos que em 2015, foram convocadas três jornadas de luta contra a ampliação da terceirização, enquanto em 2016 e 2017, observam-se importantes mobilização contra Temer e as contrarreformas trabalhista e previdenciária.

Ainda que com números decrescentes em relação a 2016, em 2017 e 2018 as greves ainda se encontram num patamar elevado (são 1566 e 1453 greves respectivamente,

segundo o DIESSE, 2018 e 2019). Lembremos que em abril de 2017, os trabalhadores protagonizariam uma greve geral contra o governo Temer que consegue “[...] paralisar cerca de 40 milhões de trabalhadores pelo país, consistindo, em números absolutos, na maior paralização da história do país (se avaliada pelo porcentual da força de trabalho paralisada, a greve geral de 1989 foi mais expressiva)” (MATTOS, 2020b, p.155). Seguindo uma tendência de queda, em 2019 se observa um número nada desprezível de 1118 greves, sendo que 82% incluiriam itens de caráter defensivo na pauta de reivindicações (DIEESE, 2020).

Trata-se de um cenário de intensificação do conflito social, mas claramente defensivo, sobretudo se avaliarmos o desenlace trágico, de “pacificação à direita” que se abriria para o Brasil.

A onda de mobilizações desencadeada em junho de 2013, no sentido das pautas mais progressistas que emergem das necessidades de reprodução das massas subalternas - as chamadas lutas distributivas -, seria contida. Apesar do rico laboratório de mobilização social, não superariam seu formato mais fragmentário e heterogêneo, atijando inclusive a reorganização dos mecanismos burgueses de dominação, no contexto da crise capitalista que se acirra em 2014. Neste cenário se gesta o golpe de 2016 e fermentam as forças reacionárias que se expressariam politicamente no neofascismo à brasileira<sup>12</sup>.

Um mesmo quadro de instabilidade política, mobilização das direitas e nova onda de protestos parecem caracterizar o panorama latino-americano. Ele expressa os efeitos dos ciclos de ajuste estrutural que a crise capitalista cobra de forma cada vez mais violenta, num cenário de reduzidas taxas de crescimento econômico. No Brasil de Temer, o golpe vai garantir um ajuste fiscal que leiloe o futuro por 20 anos, ao tempo que o parlamento aprovará uma contrarreforma trabalhista que desarma direitos históricos conquistados pelos trabalhadores desde os anos '30, pois é uma exigência das classes dominantes para passar o rodo da terceirização. A vitória de Bolsonaro no apagar das luzes de 2018 tem um claro significado de classe, completando o quadro de aceleração da retirada de direitos dos trabalhadores, aprofundamento da superexploração da força de trabalho e de transferência mais intensa do fundo público para o grande capital (MATTOS, 2020b).

Para América Latina, o ano de 2019 amanhece polarizado. De um lado, assistimos a uma nova onda de revoltas de massas contra a austeridade neoliberal no Chile, no Equador, no Peru e no Haiti. De outro, o golpe na Bolívia e a ascensão do neofascismo no Brasil. A grande disputa também se processa no plano eleitoral, com a vitória de Lopez Obrador no México e Fernandez na Argentina, cujos passos futuros estão atrelados à tração progressista que a reativação da mobilização social e o ressurgimento das lutas possam provocar, para enfrentar o endividamento e a rifa extrativista, num cenário de crise socioeconômica brutal.

Antes da tragédia da pandemia, as mobilizações de massas (de magnitude popular inusitada) pareciam apontar que as classes subalternas voltavam ao ataque contra o neoliberalismo, identificando-o como responsável pela desintegração social da América Latina: migrações massivas; aumento da violência e da delinquência; destruição do meio ambiente, são marcas que crescem no contexto da engenharia social regressiva que se alastra

atrás das suas contrarreformas (cf. KATZ, 2019).

Na trilha do que Webber (2019) identifica como novas formas potenciais de luta popular, gostaríamos de destacar alguns aspectos, que serão importantes para pensar o futuro imediato da região, no provável contexto de uma crise capitalista de proporções letais no cenário pós-pandemia.

O estopim das mobilizações no Equador emerge de medidas antipopulares implementadas por Lenin Moreno, que propõe cortar subsídios à gasolina e ao diesel, dentre tantas outras medidas neoliberais exigidas pelo FMI como contrapartida aos empréstimos contraídos para superar a crise econômica. Estas medidas que encarecem o transporte e o custo de vida, serão fortemente contestadas pelo protagonismo dos movimentos indígenas e populares, que apesar da intensa repressão, demonstram força para reagir à austeridade, ao domínio de classe, à devastação econômica e ao racismo das classes dominantes. Da mesma forma que nos anos 90, os indígenas assumem uma posição de vanguarda, mobilizando estudantes, trabalhadores, mulheres e movimentos de bairro, em revoltas e greves que paralisam o país por mais de 15 dias consecutivos. Mas também avançam em propostas econômicas e sociais através da criação do *Parlamento dos Povos, Organizações e Coletivos Sociais*, aglutinando em torno de 180 organizações<sup>13</sup>.

No Chile, as mobilizações contra a austeridade, explodem quando se enuncia um aumento da tarifa do metrô público de Santiago, encontrando o protagonismo de um movimento estudantil que já tinha se mostrado como uma força antagonista renovada (em 2006, com a *revolta dos Pinguins*, e em 2011, com a mobilização de estudantes universitários). A enorme crise de representatividade política é provocada por manifestações massivas e uma insurreição desenfreada que desperta apoio e simpatia (e um sentimento antiditatorial) de um heterogêneo amalgama de forças populares e médias (afogadas pelo endividamento e o elevado custo de vida): em Santiago, estima-se que 1,2 milhões de pessoas se manifestaram, e em todo o território nacional, a surpreendente quantidade de dois milhões para uma população total de 18 milhões. As análises apontam que esta pode ter sido a maior manifestação da história do país (WEBBER, 2019).

Manifestações massivas, interessantes dinâmicas de autodefesa e formas de autorganização territorial confluem com a presença destacada de um importante movimento feminista de esquerda e militante, massivo, heterogêneo e transversal aos movimentos sociais. Este movimento, será responsável no 8M de 2019, por trazer novamente para o centro da cena a tática da greve geral, mobilizando mulheres trabalhadoras e desempregadas, precarizadas, politizando amplos setores feminizados da classe trabalhadora, bastante distantes dos tradicionais sindicatos.

Da mesma forma que na Argentina, a existência de um movimento feminista popular, diverso e de massas expressa uma capacidade contrahegemônica importantíssima: ao transversalizar o feminismo dentro do movimento social das classes subalternas, expandindo a crítica ao patriarcado e a perspectiva feminista na atividade das diversas organizações políticas e sociais, rompe o cerco da subalternidade que ameaça a coagulá-la como uma luta corporativa (ou uma mera “identidade”) e devolve um outro significado ao movimento

feminista. Por sua vez, pelo seu caráter diverso e de massa – que conseguiu impregnar todas as organizações do arco político progressista e de esquerda –, é um movimento difícil de institucionalizar (GAGO, 2020). Os feminismos - no plural -, vêm demonstrando também uma capacidade de desestabilização global significativa, seja através da greve, seja pela pauta da legalização da interrupção voluntária da gravidez e contra a criminalização das mulheres. Com “rosto popular”, se associado à ação direta e à autorganização das classes subalternas, pode representar um novo impulso ao internacionalismo.

Este é o chão histórico onde também se mobilizam os precarizados trabalhadores de aplicativos (com a interessante articulação dos *Entregadores Antifascistas*) e importantes organizações do campo popular no Brasil para responder às necessidades de sobrevivência das massas subalternas durante a pandemia: campanhas de solidariedade com toneladas de alimentos agroecológicos produzidas pelos movimentos do campo ou doadas pelos trabalhadores urbanos; mobilização das periferias e autorganização dos territórios para construir práticas de cuidado e saúde frente ao planejado abandono genocida do Estado (MATOS, 2020a).

Nessa direção será fundamental preservar a dimensão da autonomia e da autorganização, driblando a ameaça do corporativismo; da liquidificação de lutas mais universais por direitos (capazes de enfrentar os processos de espoliação em curso) em pautas que caibam em estreitas margens institucionais; do apaziguamento e até da repressão política. Sobretudo quando se trata de movimentos populares de massa, transitar na contradição entre conquista e domesticação envolve robustos processos de organização social, que sempre deverão refazer sua fortaleza para manter a independência de Estados e governos – o que de modo algum, pode confundir-se com “antiestatismo”<sup>14</sup>.

Será possível neste cenário, cimentar saldos organizativos ou criar novos aparelhos de hegemonia dos subalternos? A resistência e a contestação poderão se configurar como contrahegemonia ou esta capacidade permanecerá bloqueada ainda por alguns anos?

## A MODO DE CONCLUSÃO

Em todos estes impulsos de rebelião, prevalecem demandas relacionadas com o processo de reprodução das classes subalternas, cada vez mais aviltado pela expropriação e exploração capitalista. Daí a necessidade de compreender a dinâmica ampliada da acumulação capitalista (que envolve extrativismo, superexploração do trabalho no campo e na cidade, expropriação de territórios e mercantilização acelerada de bens naturais) e os circuitos do antagonismo social que emergem daí, não de forma automática, mas mediada pela autorganização dos subalternos. No caso do Brasil, aparecem as mãos de organizações de longa data que vem costurando a unificação da classe, ainda que a construção de instrumentos políticos mais orgânicos continue sendo um grande desafio, sobretudo para os partidos políticos de esquerda.

A luta anticapitalista para enfrentar o capital extrativista parece ter vetores fundamentais nos movimentos feministas e indígenas; na resistência à destruição dos bens comuns da natureza e nos trabalhadores precarizados. Estes sujeitos têm privilegiado

repertórios de luta que envolvem a ação direta, a ocupação de territórios, os bloqueios, de forma articulada a formas mais clássicas como greves e paralizações. Atuação que se relaciona com transformações estruturais e político-ideológicas que atravessam de forma profunda à classe.

Especificamente em relação aos movimentos feministas, algumas pautas político-organizativas vêm funcionando como vetores centrais da resistência subalterna: a produção de uma consciência teórica e de uma atuação política em torno da relação intrínseca entre violência patriarcal e acumulação capitalista; assim como uma leitura sobre o significado da subjugação da mulher às suas engrenagens (seja do seu trabalho reprodutivo; seja do seu corpo e da sua sexualidade). Nessa direção, a greve feminista – com a sagaz palavra de ordem: *se as mulheres param, o mundo para!* – joga luzes sobre o trabalho gratuito das mulheres; sobre as desigualdades sexistas e racistas do mercado de trabalho; sobre o significado do controle da capacidade reprodutiva e da criminalização das mulheres.

Na chave de uma compreensão ampla do circuito do antagonismo social, buscamos costurar os fios invisíveis que explicam a relação entre confrontos e conflitos que marcam o mundo dos subalternos, mas aparecem muitas vezes de forma desarticulada. Estas lutas nos mostram que inúmeros são os territórios marcados pelos processos de exploração e expropriação que o capital promove: as fábricas; os serviços; o corpo das mulheres; as cidades; o campo; os habitats indígenas e quilombolas; os bens comuns da natureza presentes nas águas e nas florestas. Daí que seja impossível compreender seus conflitos e sujeitos como secundários ou externos à luta de classes. Mas esta será uma tarefa fundamental a ser forjadas nos espaços concretos de articulação.

A América Latina tem sido marcada pelo saque e a exploração, mas também por uma nutrida capacidade de enfrentamento ao neoliberalismo, tendo um lugar destacado a nacionalização da luta em torno dos bens comuns da natureza, costurando as pautas ambientais, sociais e econômicas que confluem nas reivindicações concretas das suas bases. A pauta da produção e do acesso aos alimentos pode ser um caminho importante na perspectiva de unificação das classes subalternas (que estão no campo e nas grandes periferias urbanas), vinculando-os à crise ambiental e financeira<sup>15</sup>. A luta pela terra tem passado por deslocamentos e redefinições importantes, ainda que o Brasil carregue uma tradição de luta que já vinha costurando essa dimensão mais universal de uma reivindicação que atravessa camponeses, indígenas, quilombolas, marcados pelos mesmos processos de expropriação capitalista. Poderíamos dizer que a luta pela terra como defesa do território faz parte da herança antagonica dos subalternos no chão brasileiro desde longa data. De qualquer forma, é importante reconhecer o significado da reelaboração da pauta clássica da reforma agrária, que tem se atualizado à luz das novas feições do agronegócio. O MST o faz na sua proposta de *reforma agraria popular*, que não apenas questiona a propriedade da terra, mas também: as relações de trabalho; a divisão sexual do trabalho; as condições tecnológicas e ambientais da produção de alimentos; o destino e o grau de acesso a esses alimentos pelo conjunto dos trabalhadores; a soberania alimentar.

Estas experiências terão o desafio de impregnar o *sensu comum* contra os

mecanismos de reprodução da subalternidade em torno das questões socioambientais; do padrão de desenvolvimento em curso; da fome e da produção de alimentos; das saídas frente à crise; da violência patriarcal que se alastra sobre as mulheres, corpos femininos e sexualidades dissidentes. Por isso deverão funcionar como organismos populares capazes de diluir influências regressivas que operam na sociabilidade contemporânea e promover a elevação cultural das massas. Especificamente no Brasil, terão também a tarefa de dissolver consensos em torno de valores retrógrados (racismo, misoginia, conservadorismo e intolerância frente à diversidade sexual, autoritarismo) mobilizados em tempos de reação.

Sujeitos do antagonismo de classes que se expressam em alguns casos com rebeldia imediata, em outros como processos mais profundos e permanentes de organização popular. Momentos diferenciados no processo de “fazer-se classe” dos grupos subalternos. Todas as suas iniciativas autônomas de autorganização serão necessárias para enfrentar e superar a debacle social que se aproxima. Condição de futuro e humanidade.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. Os dias que abalaram o Brasil: as rebeliões de junho, julho de 2013 (p.41-47). *Revista de Políticas Públicas*. São Luiz, número especial, 2014.
- AROCA, Karla. Paro nacional Ecuador 2019. Entre las políticas neoliberales y el resurgimiento del movimiento social ecuatoriano. IN *CEPA – Centro Estratégico de Pensamiento Alternativo*. Bogotá, nº30, ano XV, Vol. III, p.20-27, jun-dez. 2020.
- BARROSO, Milena Fernandes. *O começo do fim do mundo: violência estrutural contra mulheres no contexto da hidrelétrica de Belo Monte*. Tese de Doutorado. PPGSS, UERJ, Rio de Janeiro, 2018.
- BEHRING, Elaine. Fundo público: um debate estratégico e necessário. ABEPSS, *Anais do XV ENPESS*, Ribeirão Preto, 2016.
- \_\_\_\_\_. Estado no capitalismo: notas para uma leitura crítica do Brasil recente.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L. (Orgs). *Marxismo, política social e direitos*. São Paulo, Cortez, 2018.
- \_\_\_\_\_. Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização. IN SALVADOR, Evilásio; BEHRING, Elaine; LIMA, Rita de L. (Orgs). *Crise do capital e fundo público*. São Paulo, Cortez, 2019.
- BRAGA, Ruy. *A rebeldia do precariado. Trabalho e neoliberalismo no Sul global*. São Paulo, Boitempo, 2017.
- CASTELO, Rodrigo. O canto da sereia. Social-liberalismo, novo desenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo dependente brasileiro. In *Revista Em Pauta*, UERJ: Rio de Janeiro, 1º semestre de 2013, nº 31, v. 11.
- COELHO, Eurelino. Estado ampliado, política apequenada. IN MATTOS, Marcelo Badaró (Org.). *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro, Consequência Editora, 2017.
- COUTINHO, Carlos Nelson. A hegemonia da pequena política. IN OLIVEIRA, Francisco;

- BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (Org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- DEL ROIO, Marcos (Org.). *Gramsci: periferia e subalternidade*. São Paulo, Edusp, 2017.
- \_\_\_\_\_. *Gramsci e a emancipação do subalterno*. Editora UNESP, 2018.
- DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Balanço das greves de 2017, 2018 e 2019, 2020. Vários acessos. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/balancodasgreves.html> (acesso em 7 de janeiro de 2021).
- GAGO, Veronica. Oito teses sobre a revolução feminista. *Outras Palavras*, 21/02/2020. Disponível em: <https://outraspalavras.net/feminismos/oito-teses-sobre-a-revolucao-feminista/> (acesso em 3 de agosto de 2020).
- GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere. Volume 1. Introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Cadernos do Cárcere. Volume 5. O Risorgimento. Notas sobre a história da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- GUEREÑA, Arantxa. *Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina*. Reino Unido, OXFAM, 2016. Disponível em: [http://209.177.156.169/libreria\\_cm/archivos/pdf\\_1485.pdf](http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1485.pdf) (acesso em 10 de junho de 2017).
- HIDALGO FLOR, Francisco. Ecos de la revuelta indígena/popular y Parlamento Social. IN *Herramienta Web*. Buenos Aires, Herramienta, n°27, dic. 2019. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=3122> (acesso em 10 de agosto de 2020).
- KATZ, C. *Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo e socialismo*. São Paulo: Expressão Popular / Perseu Abramo, 2016.
- \_\_\_\_\_. Los protagonistas de la disputa en América Latina. IN *Herramienta Web*. Buenos Aires, Herramienta, n°27, dic.2019. Disponível em: <https://herramienta.com.ar/articulo.php?id=3122> (acesso em 10 de agosto de 2020).
- MATTOS, Marcelo Badaró. As lutas sociais no Brasil da pandemia: sinais de reorganização? *Esquerda Online*, 19/06/2020a. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/19/as-lutas-sociais-no-brasil-da-pandemia-sinais-de-reorganizacao/> (acesso em 22 de junho de 2020).
- \_\_\_\_\_. *Governo Bolsonaro. Neofascismo e autocracia burguesa no Brasil*. São Paulo, Usina Editorial, 2020b.
- MODONESI, Massimo. *Subalteridad, antagonismo y autonomía: marxismos y subjetivacion politica*. Buenos Aires, Clacso/Prometeo, 2010.
- MOTA, Ana Elizabeth (Org.). *Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade*. São Paulo: Cortez, 2012.
- NICANOFF, Sergio et al. *Resistencia o integración: dilemas de los movimientos y organizaciones populares de América Latina y Argentina*. Buenos Aires, Herramienta – ContrahegemoniaWeb, 2019.
- SEOANE, José. Ofensiva neoliberal y resistencias populares: una contribución al debate colectivo sobre el presente y el futuro de los proyectos emancipatorios en Nuestra

América. *Revista Debates Urgentes*. Buenos Aires, nº 4, 2016.

\_\_\_\_\_, TADDEI, Emiliano & ALGRANATI, Clara. *Extractivismo, despojo, crisis climática. Desafíos para los movimientos sociales y los proyectos emancipatorios de Nuestra América*. Buenos Aires, Herramienta – El Colectivo, 2013.

SVAMPA, Maristella. *Las fronteras del neoextractivismo en America Latina. Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias*. Guadalajara, CALAS, 2019.

TATAGIBA, Luciana & GALVÃO, Andreia. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). *Opinião Pública*. Campinas, vol.25, nº1, jan-abril 2019, p. 63-96.

WEBBER, Jeffery. Entrevista. Rebelión, reformismo y reacción en América Latina (por Ashley Smith). *Rebelión*, 15/11/19, p.1-27. Disponível em: <https://rebelion.org/rebelion-reformismo-y-reaccion-en-america-latina/> (acesso em 30 de julho de 2020).

## NOTAS

1 Licenciada em Trabalho Social pela Universidad Nacional de Rosario (Argentina), Mestre e Doutora em Serviço Social pela UFRJ, Pós-doutorado em Serviço Social pela UERJ. Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, Campos Universitário de Rio das Ostras. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas (UFF/RO). E-mail: [kmuffro@gmail.com](mailto:kmuffro@gmail.com), ORCID 0000-0001-8644-8508. Este trabalho é parte da pesquisa de Pós-doutorado, realizado no PPGSS da UERJ, sob a orientação da Professora Dra. Elaine Behring, no período de agosto de 2019 a agosto de 2020.

2 Presentes na maioria das vezes como “critérios metodológicos” ou “critérios de método” no Caderno 25 de 1934, intitulado “Às margens da história (história dos grupos sociais subalternos)”, compilado no volume 5 da edição que trabalhamos (GRAMSCI, 2002). Percorremos também a outros momentos da obra em que estes conceitos operam na análise concreta de classes e grupos subalternos.

3 Cf. Gramsci (2002); Liguori (2011 e 2015); Green (2016); Del Roio (2017 e 2018).

4 Cf. Mota (2012); Castelo (2013); Antunes & Braga (2014); Katz (2016); Behring (2018, 2019).

5 Cf. Tatagiba & Galvão (2019) e Mattos (2020a).

6 Esta leitura conflui, em alguns aspectos, com a interpretação proposta por Coutinho (2010) acerca da *hegemonia da pequena política*.

7 Trata-se de territórios emblemáticos de sofrimento das mulheres. Particularmente as hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, no mesmo período do auge das greves e conflitos trabalhistas, seriam apelidadas pela imprensa local como um “imenso mercado de sexo a céu aberto”, inclusive com um histórico de denúncias de mulheres em situação de encarceramento privado, e crianças submetidas a pedofilia e exploração sexual (cf. BARROSO, 2018, p.224).

8 Cf. Braga (2017); Tatagiba & Galvão (2019).

9 Cf. Seoane (in SEOANE, TADDEI, ALGRANATI, 2013; 2016).

10 Dados analisados por Braga (2017, p. 174).

<sup>11</sup> Com precedentes interessantes desde a Marcha das Vadias em 2011, o protagonismo do movimento feminista (que tem importantes expressões mundiais e regionais) se destaca no Brasil a partir de 2015. Primeiro, enfrentando a regressão de direitos ameaçados pela composição ultraconservadora do congresso nacional – retratado no #ForaCunha! –; posteriormente, organizando mobilizações massivas no dia 8 de março – que se configuram mais recentemente como greves internacionais de mulheres no 8M –; e finalmente no importante movimento #EleNão em 2018.

12 Tanto Mattos (2020b), quanto Braga (2017, p. 179), observam que há claras diferenças sociológicas entre os protestos de junho de 2013 e os de abril de 2015 (nas quais se manifesta a insatisfação das classes médias tradicionais favoráveis ao *impeachment* de Dilma Rousseff), tanto do ponto de vista da base social quanto da sua direção política, expressando uma clara reviravolta social e não uma continuidade linear entre os dois ciclos de manifestações.

13 Cf. Weber (2019); Hidalgo Flor (2019); Aroca (2020).

14 Lembremos junto com Gramsci que para “sair das margens da história”, as classes subalternas tem que

assumir o desafio de tornar-se Estado. Na mesma direção, Mazzeo (*in* NICANOFF, 2019) afirma que o antiestatismo pode ser funcional à corporativização e desorganização dos sujeitos coletivos, fator de desmobilização e despolitização.

15 Os livros de Seoane, Taddei, Algranati (2013) e Svampa (2019) trazem importantes balanços nessa direção.

*Recebido em 25 de maio de 2021*

*Aceito em 20 de julho de 2021*

*Editado em novembro de 2021*